

Lula prepara 'revogação' de normas sobre armas e meio ambiente



Repactuar. Equipe de transição começa a se reunir amanhã para refinar normas que vão deixar de vigorar a partir do ano que vem. Mudanças da nova era Lula vão começar por armas e meio ambiente

A CANETA DE LULA
Novo governo começará 'revogação' por meio ambiente e armamento

SÉRGIO ROXO, RAFAEL GARCIA, PAULA FERREIRA, EDUARDO GONÇALVES, BRUNO GÓES, ANA LÚCIA AZEVEDO e RAFAEL SOARES

O governo do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) planeja para as primeiras semanas após a posse um "revogação" de portarias e decretos implantados ao longo da gestão de Jair Bolsonaro. O foco será reverter iniciativas que facilitaram o acesso a armas, dificultaram o combate ao desmatamento e impuseram sigilos a informações. O cancelamento dessas medidas depende apenas da decisão do Executivo, sem necessidade de construção de uma maioria parlamentar. A lista exata de normas que serão derrubadas ou modificadas começará a ser decidida nesta semana, com o início dos trabalhos da equipe de transição coordenada pelo vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin. Cinquenta pessoas vão preparar uma radiografia do atual governo. Uma das bandeiras da campanha de Lula, a redução do número de armas em circulação deve ser alcançada, entre outras formas, por meio da mudança completa das políticas de Bolsonaro. — O compromisso expresso na campanha foi revogar decretos que facilitam o acesso a armas e munições — afirma o deputado Paulo Teixeira (PT-SP), que integrou o grupo responsável por discutir propostas para a segurança pública. Em entrevista ao GLOBO na semana passada, o senador eleito Flávio Dino (PSB-MA), cotado para o Ministério da

Justiça, classificou de "imprescindível" a revisão de regras no setor. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública diz que o controle da posse de armas foi "desmantelado", fazendo com que civis e Caçadores, Atiradores e Colecionadores (CACs) tenham em mãos um arsenal superior ao de órgãos públicos. Ao todo, foram editados 19 decretos, 17 portarias, duas resoluções e três instruções normativas. Foi por meio de "canetadas", por exemplo, que Bolsonaro abriu caminho aos CACs. A quantidade a que a categoria podia ter acesso passou de 16 armas, 40 mil projéteis e quatro quilos de pólvora para 60 armas, 180 mil cartuchos e 20 quilos de pólvora. Com as mudanças nas regras, o número de CACs cresceu de 117 mil em 2018 para mais de 673 mil até junho de 2022 — as armas registradas pelo grupo saltaram de 350 mil para mais de 1 milhão no período. — Precisamos repensar o controle de munição. É preciso não apenas revogar, mas inovar para facilitar o rastreamento de cartuchos e tornar obrigatória a marcação da munição vendida no país — afirma o policial federal Roberto Uchôa, pesquisador do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Já o gerente do Instituto Sou da Paz, Bruno Langeani, defende que até mesmo as mudanças barradas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) precisam ser anuladas: — A autorização para compras de armas sem justificativa de necessidade, por exemplo, caiu com uma decisão do ministro Edson Fachin, mas precisa ser revogada para não

PONTOS CRÍTICOS

Normas ambientais e relacionadas ao controle de armas devem sofrer modificações

SEGURANÇA PÚBLICA

- Calibres: Aumento em quatro vezes da potência dos calibres permitidos para civis causou a diminuição das penas para criminosos flagrados com armas de calibres que passaram a ser permitidos e aumento da circulação de armas mais potentes no mercado ilegal.
CACs: Permissão para aquisição de até 60 armas para CACs, sendo 30 de calibre restrito, possibilitou que armas compradas legalmente sejam usadas pelo crime organizado.
Cartuchos: Permissão para aquisição de até 180 mil cartuchos por ano e 20 quilos de pólvora para recarga de munição para CACs faz com que qualquer CAC possa montar uma fábrica clandestina de munição.

MEIO AMBIENTE

- Multas: Bolsonaro mexeu em decretos que estabelecem as punições para as infrações ambientais, resultando na dificuldade da aplicação de multas, no aumento da etapa protelatória e nos pedidos de recursos, induzindo a prescrição.
Conama: Um decreto alterou a composição do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), praticamente eliminando a participação da sociedade civil.
Garimpo: Decretos simplificaram os critérios para a análise dos processos e outorgas de títulos minerários pela Agência Nacional de Mineração (ANM), provocando a expansão e dificultando o controle das atividades.

Editoria de Arte

causar confusão jurídica. Além disso, a decisão proíbe compras de fuzis por civis, mas não trata das armas já compradas, que estão em circulação. O novo governo vai precisar se debruçar sobre isso. Na área ambiental, o deputado federal Nilto Tatto (PT), um dos coordenadores do setor na campanha de Lula, elenca como prioridade a revogação de dois atos do governo Bolsonaro — um que reduziu o espaço da sociedade civil no Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama); e outro que prevê a anulação de multas ambientais avaliadas em mais de R\$ 16 bilhões. — Temos que trabalhar nisso agora no início do governo, pois esses atos emperram as

outras pautas — disse o parlamentar, que irã junto com Lula à Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP27), no Egito. Na conta do centro de pesquisa independente Instituto Talanoa e do projeto Política por Inteiro, existem 401 atos do Executivo emitidos entre 2019 e 2022 que precisam ser revistos "para a reconstituição da agenda climática e ambiental brasileira". Estão também na lista normas que versam sobre direitos indígenas e facilitação ao garimpo, dificultando a fiscalização. Na opinião da pesquisadora Natalie Unterstell, presidente do Talanoa, apesar da urgência em tratar muitas questões, é preciso evitar a tomada

de decisões importantes sem debate. A lista de assuntos frágeis inclui a NDC (Contribuição Nacionalmente Determinada), que é a proposta oficial do Brasil de redução de emissões de CO2. — Até se pode ir lá e jogar um ato logo no primeiro dia colocando uma NDC nova, mas a gente entende que é indispensável para isso fazer o diálogo com a sociedade — diz a cientista. A maior parte das normas infralegais que precisam de revisão foram emitidas durante o primeiro ano e meio de pandemia da Covid-19, quando o ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles propunha que o governo aproveitasse a situação de instabilidade para

seguir "passando a boiada" dos atos que flexibilizavam normas ambientais. O Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) produziu um levantamento dessas medidas no ano passado. Para Alessandra Cardoso, analista política da entidade, é preciso atuar fora do Ministério do Meio Ambiente também: — Muitas "boiadas" passaram no Inbra, na Funai, no Ministério da Economia... A gente tem que ter um olhar amplo para o que foi esse desmonte e revertê-lo nos primeiros cem dias de governo. "SEM REVANCHISMO" Também está nas pretensões de Lula revogar decretos que impuseram sigilos de cem anos a assuntos envolvendo o governo federal. O peista chegou a prometer rever essas iniciativas nos debates com Bolsonaro ao longo da campanha. Ficaram sob sigilo, entre outros temas, a carteira de vacinação do presidente, o processo interno do Exército sobre a participação do então general Eduardo Pazuello em manifestação ao lado de Bolsonaro no Rio em maio de 2021, os crachás de acesso dos filhos de Bolsonaro ao Palácio do Planalto e investigação da Receita Federal contra o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

Há pontos críticos ainda nas áreas de saúde e educação, que não devem passar incólumes ao "revogação": O Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) elabora um documento para entregar à equipe de transição com políticas que, na opinião da organização, devem ser revistas, como programas e portarias lançados pelo Ministério da Saúde sem discussão com gestores locais, contrariando o que prevê a legislação. Um dos pontos é a Rede de Atenção Materno Infantil (RAMI), que substituiu a Rede Cegonha, criada em 2011 e reconhecida pelo sucesso em relação à atenção ao pré-natal, parto e puerpério. Entre as críticas, estava o fato de a política dar protagonismo a médicos obstetras sem prever atenção à criação por meio de pediatras. — Tivemos desmontagens no campo da atenção básica, além da interrupção de programas na área de saúde da mulher. O ministério destruiu a relação de gestão tripartite com municípios e estados. Não é revogar por revanchismo, vamos ter que avaliar os atos. É paraisso que serve a transição: identificar os principais problemas — afirma o ex-ministro da Saúde Arthur Chioro, que participou da construção do plano de governo de Lula.

Na educação, um dos principais alvos deve ser a Política Nacional de Alfabetização (PNA). Organizações como Todos pela Educação e a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que devem ter representantes na equipe de transição, defendem a revogação. A PNA colocou como central a aplicação do método fônico para alfabetizar crianças, modelo em que a aprendizagem começa das letras e sílabas até chegar às palavras. Na época em que foi lançada, a política foi criticada por gestores locais e estaduais por ter desconsiderado as iniciativas que vinham sendo desenvolvidas por estados e municípios a respeito do tema.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política **Página:** 4